

Professora é acusada de usar índios

Juiz de Macapá proíbe Dominique Gallois, da FFLCH, de continuar trabalho de assistência feito por ONG em 12 aldeias dos índios Waiápi, no Amapá

DIVULGAÇÃO / ARQUIVO DOMINIQUE GALLOIS

A professora Dominique Tikin Gallois, do Departamento de Antropologia da FFLCH, vem sendo alvo de um inquérito policial. Investiga-se um possível envolvimento da pesquisadora com exploração de ouro na reserva indígena dos Waiápi e o uso indevido da imagem dos índios.

Localizada no Amapá, a cerca de 500 quilômetros da capital Macapá, a reserva tem 603 mil hectares. Nas 12 aldeias da área, vivem 493 pessoas. Gallois faz pesquisas com os Waiápi desde 1977.

Em 1991, ela passou também a coordenar projetos do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), uma organização não-governamental. Esta ONG realiza programas de educação, saúde e controle territorial, além de incentivar

atividades econômicas que não causem danos à natureza. A partir desse momento, Dominique diz ter deixado de ser apenas uma pesquisadora e começou a participar da vida dos índios.

"Sempre me posicionei a favor dos índios", afirma. Para Dominique, há muitos grupos que têm interesses contrários aos dos Waiápi. Entre estes grupos, estaria o representado pelo de-

putado federal Antônio Feijão (PSDB-AP). "Desde 1993 ele vem me atacando", diz Dominique. "Este deputado me difamou, disse que eu escravizava os índios."

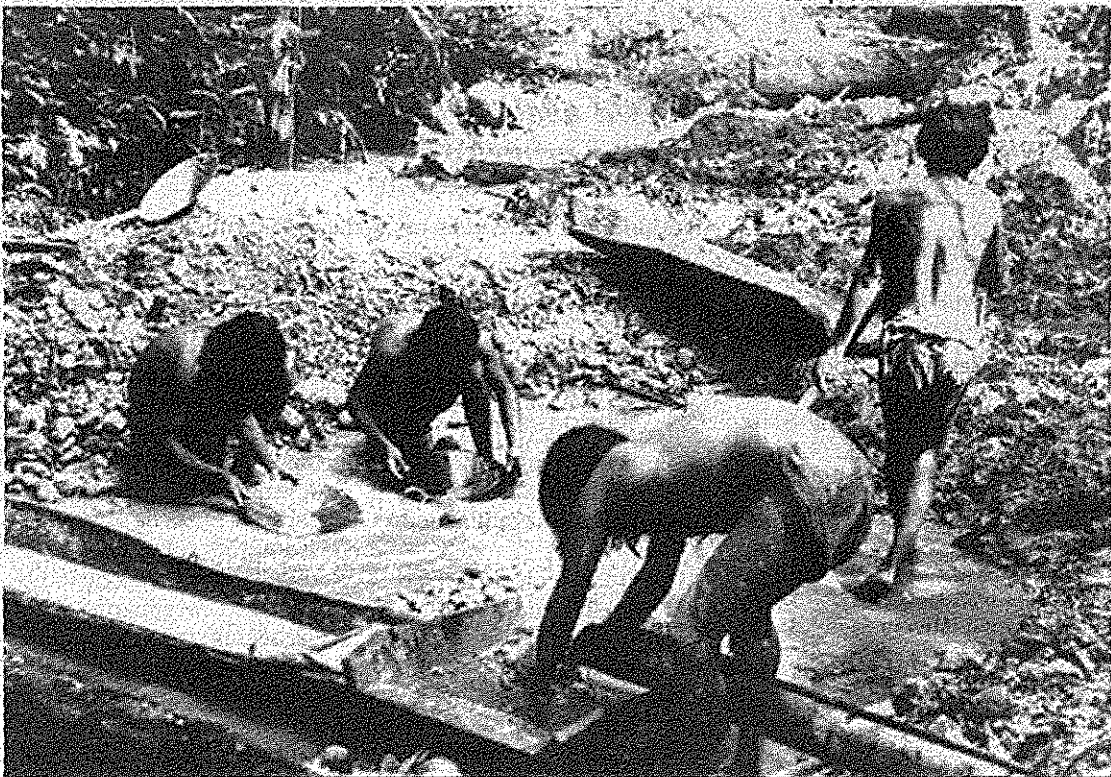
Segundo a professora, Feijão está ligado aos garimpeiros da região, expulsos pelos índios na época da demarcação da reserva, concluída em 1996. Os índios assumiram os garimpos e passaram a empregar técnicas que dispensam o uso de mercúrio, substância poluente. Para Dominique, a atividade de mineração reafirma o direito dos índios à terra. "Isto vai contra a visão de que o índio

atrapalha o desenvolvimento", diz.

Em agosto, o Juiz Federal de Macapá acatou pedido do Procurador da República no Estado, João Araújo Júnior, conside-

rando ilegais as atividades de mineração e determinou seu fim. Dominique afirma que o artigo 44 do Estatuto do Índio permite aos índios garimpar.

O Juiz também proibiu a ação do CTI na área, determinando que a Funai retome todo trabalho de assistência que era prestado pelo Centro. O Procurador alegou que os membros do CTI seriam "nocivos" aos índios e conseguiu



Garimpo: Solução para o problema dos índios ou elemento gerador de cobiça?

que o Juiz proibisse da entrada de qualquer representante da organização na reserva.

Para Dominique, a administração local da Funai defende um "controle paternalista" dos Waiápi para continuar justificando sua existência. Os próprios índios, segundo a professora, pedem sua volta à reserva. Eles seriam contrários ao que Dominique chama de "métodos autoritários" da Funai.

O deputado federal Antônio Feijão afirma que Dominique criou um "cárcere mental" nos jovens índios. "Os caciques mais velhos dizem que os índios mais jovens

são manuseados por ela." Ele diz achar isto muito difícil de ser provado.

Feijão afirma que os índios não querem Dominique na área. "Ela é uma excepcional antropóloga." Mas ele diz discordar do seu envolvimento no futuro dos índios. "Quero saber onde ela conseguiu o diploma de semideusa para dizer o que o índio deve ou não fazer." Para o deputado, os índios precisam de gente que possa dar a eles um modelo de autogestão econômica. "Eles não precisam de um cárcere ideológico."

Segundo Feijão, a professora aumentou de 573 mil para 603 mil hectares a área da reserva indígena. "Ela aumentou em cima dos garimpos", diz. "Se ela não tivesse se envolvido com os garimpeiros, estaria lá até hoje." Para o deputado, Dominique mexeu com gente que dedicou a vida toda à floresta. "Tudo isto não passou de uma bem montada farsa para arrecadar dinheiro na Comunidade Européia."

Dominique afirma não poder decidir o tamanho da área a ser demarcada pois, segundo ela, quem faz isto é a Funai.

Feijão diz que não é contra os índios garimparem. Mas afirma que, neste caso, o garimpo está gerando cobiça entre os Waiápi. Para o deputado, o que está havendo na comunidade Waiápi é "um confronto entre gente que

ganha ouro e gente que não ganha ouro".

O deputado afirma que há uma contradição na legislação brasileira. Segundo ele, há uma lei que proíbe a garimpagem em áreas indígenas para qualquer tipo de cidadão. No entanto, o Estatuto do Índio diz que o índio tem direito ao usufruto da terra. "Eu tenho um projeto de emenda constitucional que permite a garimpagem

em áreas indígenas apenas pelos próprios índios", afirma.

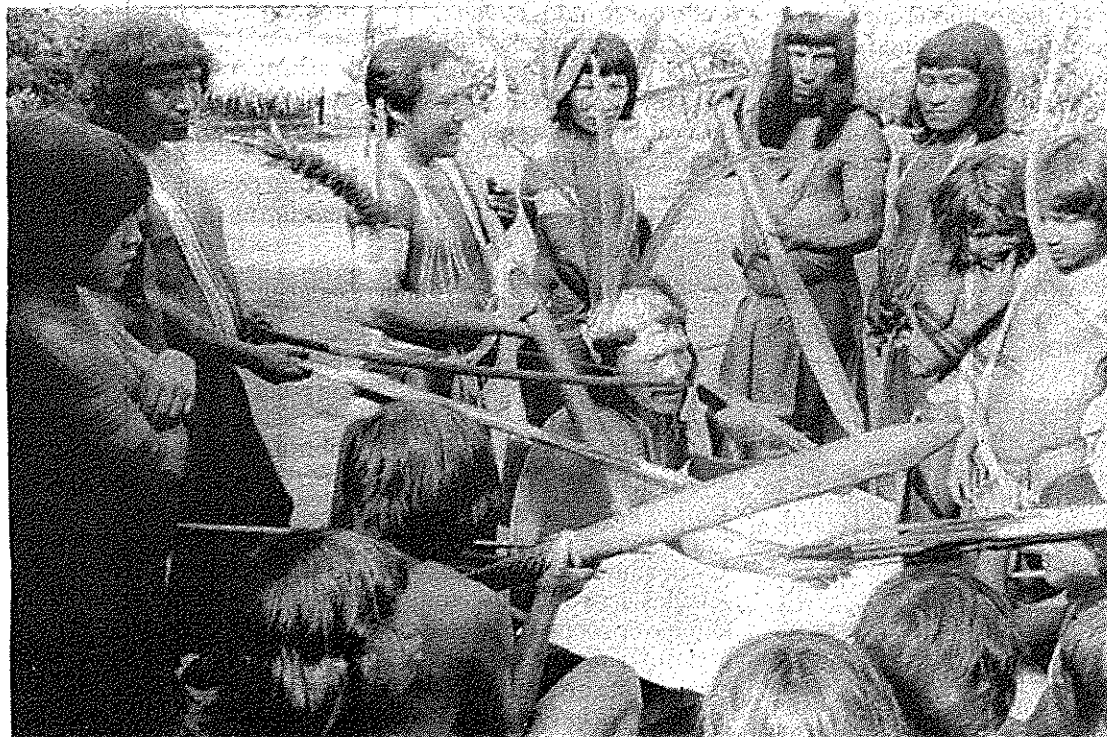
Segundo Feijão, a política indigenista oficial só fala da defesa do espaço físico. "Não há defesa humana da sociedade indígena."

Para ele, a Funai não tem condições de administrar todos os índios brasileiros. "Ela deveria ser descentralizada, transferindo as decisões para os Estados e municípios." O deputado diz que as ONGs, como o CTI, normalmente estão preocupadas com a questão ambiental, não com os índios.

Feijão enviou ao JC uma carta dos Waiápi para o ministro da Justiça. A carta, assinada por 23 índios, pede o controle da tribo pela Funai, e não por Dominique. "Sempre a Funai deu apoio para nós (sic!)", diz a carta. Segundo eles, o motor do garimpo espanta as caças. "Nós não estamos preocupados com o ouro", afirmam. "Nós estamos preocupados com as nossas caças." (Talita Moreira / Roberto Dias)

"Sempre me posicionei a favor dos índios", diz Dominique

Feijão: "Ela construiu um cárcere mental nos jovens índios"



Waiápi: Reserva no Amapá garante mais de 12 milhões de metros quadrados para cada índio

DIVULGAÇÃO / ARQUIVO DOMINIQUE GALLOIS